

# Conselho fará tudo pela emenda Sarney



Comunidade negra apresenta suas reivindicações

**São Paulo** — O Conselho das Comunidades Negras de São Paulo deverá receber até o final do ano as respostas de mais de cem mil questionários, que já foram distribuídos em todos os 571 municípios do Estado, com o objetivo de colher subsídios e propostas para a Constituinte, segundo informou o professor Hélio Santos, presidente do Conselho e integrante da Comissão provisória para Estudos Constitucionais.

De acordo com as primeiras remessas de questionários recebidas pela entidade, os principais problemas apontados pelos negros referem-se à discriminação em vários setores como Educação, Comunicação, Segurança e Mercado de Trabalho.

Para Hélio Santos, o círculo vicioso da discriminação tem início nas relações de trabalho, uma vez que sem o emprego assegurado "a família negra se desagrega e passa a enfrentar problemas como alcoolismo, morte precoce e desânimo". Neste sentido, lembrou que um estudo especial sobre a participação do negro no mercado de trabalho, no período compreendido entre os meses de outubro do ano passado e julho deste ano, mostrou que esse contingente foi afetado de forma mais intensa pelo desemprego. A taxa foi de 16,9 por cento entre os negros, enquanto entre os brancos o índice ficou em 12 por cento.

O Conselho Político do Governo, reunido ontem no Palácio do Planalto, decidiu aprovar em plenário, se possível ainda em outubro, a "versão original" da emenda do presidente José Sarney, que convoca a Assembléia Nacional Constituinte. As demais propostas, apresentadas pelo relator da comissão mista do Congresso, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), em seu substitutivo, serão votadas "em destaque", ou seja, separadas da emenda do Presidente.

— A idéia do Presidente e dos integrantes do Conselho, é de que a versão original da emenda, a proposta Sarney, consulta da maneira mais adequada aos interesses da Aliança Democrática. O resto, será analisado pelo Congresso, mas nós buscaremos aprovar basicamente a convocação da Constituinte — afirmou o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL, após a reunião.

O presidente José Sarney avaliou, junto com os líderes da Aliança e com os ministros da Justiça, Fernando Lyra, e do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, a possibilidade de o Congresso rejeitar a sua emenda, para substituí-la por uma outra, de autoria dos parlamentares.

O deputado Pimenta da Veiga, líder do Governo na Câmara, o tranqüilizou, apesar de ter reconhecido a existência de um movimento neste sentido: "Isso seria uma verdadeira loucura. Uma reivindicação tão antiga da sociedade — a convocação da Constituinte — não pode deixar de encontrar respaldo no Congresso", disse. Auxiliado pelo líder do Governo no Senado, Humberto Lucena, Pimenta contou a Sarney os resultados da reunião que teve com o deputado Flávio Bierrenbach e com o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães.

## ADJETIVO

Disse que o relator da Comissão Mista do Congresso está disposto a acrescentar à proposta do Presidente, em forma de substitutivo, "teses que vem sendo debatidas pela sociedade", como a dos delegados constituintes (sem mandato parlamentar), a da Constituinte autônoma (sem vínculo com o Con-

gresso) e a da separação de datas entre a eleição dos parlamentares e dos governadores.

— Este é um direito, e até um dever, que o deputado Bierrenbach tem. Se tiver que incluir qualquer tema em seu relatório final, isso será votado em plenário através de destaque — relatou Pimenta da Veiga.

Refletindo a posição de todos os integrantes do Conselho Político, inclusive a do presidente Sarney, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, disse que "o principal mesmo é a convocação da Constituinte. O resto é adjetivo". O senador Chiarelli, falando em seu nome e em nome do seu "colega da Câmara", deputado José Lourenço, reformou a posição do ministro.

"Nós do PFL não vemos nenhuma utilidade nestas idéias absolutamente setoriais de candidato avulso ou delegado constituinte ou separação de eleição de governadores e parlamentares. Entendemos que estas fórmulas são setoriais, quando o substantivo é a convocação da Constituinte para 15 de novembro de 86, nos termos da proposta do Presidente", disse Lourenço.

Nem mesmo a idéia de se formar uma "grande comissão", paralela à Constituinte, apenas para redigir a legislação ordinária, recebeu o aval do Conselho Político. Chiarelli cuidou de fulminá-la, alegando que sua criação traria dificuldades até "burocráticas e administrativas", acrescentou.

— Se esta comissão for funcionar autonomamente, teremos quatro presidentes: o da constituinte, o da Câmara, o do Senado, e o da Comissão. De resto, acho que caberia à própria Constituinte, ao estabelecer o seu regimento interno, dizer se quer ou não uma comissão para a legislação ordinária — atacou.

Sarney e seus líderes no Congresso não foram tão radicais, contudo, ao tratar da emenda Manuel Costa, que aumenta para 12 meses o prazo de desincompatibilização dos ministros que concorrerão nas eleições do próximo ano. O Conselho Político reiterou sua posição favorável à adoção de um prazo intermediário, "que não seja capaz de tumultuar o processo e, ao mesmo tempo, satisfaça às expectativas do Congresso".

NC 88  
sta 10/85-1  
5/1985